

Política
CONSTITUINTE

ELEIÇÕES. O TSE ESTÁ SE PREPARANDO.

E no caso de eleições presidenciais ou gerais, será organizado um novo Código Eleitoral.



Foto Agência Extra
Aníbal: um boato e uma multidão.

Aníbal promete contar tudo e mostrar documentos. Será?

O ex-ministro Aníbal Teixeira retornou anteontem a Belo Horizonte, mas já na próxima quinta-feira deverá voltar a Brasília, na condição de primeiro depoente na CPI que vai apurar as responsabilidades pelas corrupções em órgãos do governo federal. A criação da CPI, um projeto do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, deve ser aprovada ainda hoje. Será a "CPI das CIPs", prevê o próprio Chiarelli, e terá como um dos principais objetivos relacionar os "tais escritórios de despachantes" que, segundo ele, proliferaram em Brasília para "assessorar" governos municipais.

E Aníbal promete apresentar documentos que desmentiriam todas as acusações de corrupções contra ele, além de apontar os verdadeiros responsáveis pelas irregularidades que ele mesmo denunciou. "Meu crime foi criticar as irregularidades da burocracia", repete ele no último sábado, do alto de uma caminhonete transformada em palanque nas imediações do Aeroporto da Pampulha, onde foi recebido por cerca de três mil favelados — transportados por cerca de 200 ônibus "pagos através de coleta entre a população".

Convencido de que a concentração popular foi "uma resposta" do povo às acusações feitas a ele, Aníbal foi contestado pela maioria dos presentes, que garantiam estar ali para protestar contra o fim do programa de distribuição gratuita de leite à população carente — um estratégico boato, conforme foi esclarecido mais tarde.

Em seu depoimento na CPI, Aníbal terá que explicar também o caso da Eterplan, uma empresa que tem como sócio um sobrinho do presidente Sarney e que dá assessoria técnica a municípios do Maranhão que assinam convênio com a Seac. A empresa, segundo a denúncia, recebe diretamente da Seac a comissão de 5% que cobra das prefeituras pelo trabalho.

O Tribunal Superior Eleitoral já se prepara para as eleições de novembro deste ano, sejam elas limitadas aos municípios, como prevê a atual Constituição, ou presidenciais ou gerais, nestes dois últimos casos dependendo de decisão da Assembléia Nacional Constituinte. Caso haja eleições presidenciais, ou mesmo gerais, a primeira e principal providência do TSE será a organização de um novo Código Eleitoral.

Enquanto a Constituinte não decide a questão, os ministros do Tribunal preferem não fazer qualquer comentário sobre o assunto, alegando não trabalhar sobre hipóteses. Mas funcionários do TSE avisam desde já que, ao contrário do que se possa imaginar, a realização de eleições gerais não só é possível, caso assim decida a Constituinte, como facilitaria o trabalho dos tribunais eleitorais, já que todo o processo seria simultâneo e o contingente convocado para trabalhar nas milhares de zonas e seções eleitorais seria único.

Até meados de fevereiro, o TSE deve divulgar o calendário eleitoral deste ano, prevendo apenas as eleições municipais. Mas mesmo

que a Constituinte decida, nos meses seguintes, pela convocação de eleições presidenciais ou gerais, o Tribunal terá condições de reajustar o calendário e realizar o pleito em 15 de novembro.

Nas últimas eleições, em 1986, o TSE gastou Cr\$ 1,33 bilhão. Mas, caso sejam realizadas eleições presidenciais ou gerais este ano, esse gasto subirá até dez vezes, sem se levar em conta a inflação até o final do ano.

Ataque às pesquisas

De qualquer forma, a hipótese de realização de eleições presidenciais ou gerais em 88 preocupa e muito o Palácio do Planalto, que chega a investir contra as pesquisas que mostram a esmagadora preferência popular pelas diretas já. Ontem por exemplo — diante da publicação de pesquisa pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, feita em locais de maior movimento da região metropolitana de São Paulo e em que 83% das pessoas são favoráveis às diretas já — o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, saiu em defesa do governo e procurou minimizar os resultados da pesquisa.

Segundo ele, as pesquisas revelando a preferência pelas diretas já "devem ser analisadas com cuidado, pois nem sempre refletem a realidade". Acrescentou que "a maioria das pesquisas é séria, mas há aquelas realizadas com 200 ou 500 pessoas numa rua de uma grande cidade e seus resultados extrapolados para todo o território nacional. Para mim, isso é uma brutalidade científica". Ainda segundo Costa Couto, Sarney está-se empenhando para cumprir um mandato de cinco anos como "presidente exemplar", e vai dedicar o resto de seu governo ao combate à miséria no País.

Retaliações

Além disso, o governo Sarney está-se dedicando a promover retaliações contra políticos que defendem os quatro anos de mandato, de acordo com diversas denúncias. Ontem, foi a vez do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, referir-se, pela primeira vez, à possibilidade de sofrer um boicote do governo federal por apoiar os quatro anos para Sarney. Até ontem, esse assunto era proibido no Palácio Guanabara.

A denúncia de Moreira Franco

foi feita no município de Miguel Pereira, ao anunciar um programa de abastecimento de água para o Estado e condicionar sua realização à liberação de recursos pela Caixa Econômica Federal. Hoje, Moreira Franco reúne-se com outro quatroanista que vêm denunciando retaliações — o governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo. Na pauta, a crise e a mobilização da sociedade para assegurar as eleições presidenciais este ano.

Essa eleição, no entanto, estaria ameaçada caso a Constituinte não promulgue, como alguns prevêem, a nova Carta ainda este ano. Mas, se tudo der certo, a Constituição vigente, de 1967, fez ontem, dia 24, seu último aniversário, chegando aos 21 anos.

A votação da nova Carta deve começar, apesar de tudo, na próxima quarta-feira, em plenário, prevendo-se grandes batalhas em torno dos temas polêmicos, assunto de reunião neste fim de semana das lideranças do PT, PDT, PCB e PC do B. A intenção do grupo é partir unido para tentar forçar a adesão de centristas, com a votação em separado de emendas de interesse popular.

A composição dos grupos, mesmo na hora da divisão de águas, continua confusa, pois as posições pré-partidárias apresentam algumas inconseqüências que deixam o observador comum em dificuldade de raciocínio lógico.

Assim, por exemplo, a presença dos ex-governadores Franco Montoro e José Richa no grupo dos históricos, se, de um lado, significa o compromisso deles com as raízes do MDB e o roteiro do PMDB — o que não é contestado —, no entanto, coloca duas expressões do antigo grupo moderado, quando a disputa interna da antiga legenda era feroz, junto aos autênticos que hoje se identificam e até lideram os históricos. Richa e Montoro vieram do PDC e têm uma prática mais conservadora. No entanto, com Ulysses, em várias oportunidades, têm tido uma visão de alcance político acurada, de tal forma que nas campanhas eleitorais ninguém os excede nas teses populares. É por isso, aliás, que alguns dos seus opositores dizem que eles ainda não desceram do palanque.

Os históricos têm raízes em 1971, quando num encontro do MDB em Recife, convocado por um pequeno mas aguerrido grupo, que obrigou o presidente Ulysses Guimarães a atender a pressão de Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire, Paes de Andrade, Lysâneas Maciel, Fernando Lyra, Freitas Diniz, Chico Pinto, Fernando Cunha e outros poucos, foi lançada a campanha da Constituinte.

Pela pressão que exerciam os moderados do próprio partido (Ulysses,

Thales Ramalho, Montoro, Richa etc.), a importante reunião ficou sem destaque. Era porque o sistema (o governo militar) impunha a censura ao noticiário, ora porque o próprio núcleo de direção partidária fechava os canais de comunicação, através do que a imprensa denominou jocosa-mente de *sistema*.

Os históricos de hoje, embora com algumas misturas, de antigos "moderados" e de ex-auxiliares — até ministros da ditadura —, reconhecem que os chegados depois têm um passado de dignidade pessoal reconhecido, sempre relembrando as conversões, como a de Teotônio Vilela, que acabou se tornando uma das principais bandeiras da luta contra o regime militar.

Agora, somam-se a esses antigos militantes partidários alguns reconhecidos combatentes que se encontram em outras legendas ou que agiam à margem dos partidos, descomprometidos de uma ação organizada.

Assim, vamos encontrar nesse agrupamento o senador José Fogaça (RS), que teve apenas um recente mandato de deputado federal pelo PMDB e logo conduzido ao Senado; o deputado Antônio Brito, que não tivera vida partidária, mas que na condição de jorna-

lista acompanhava a atividade política, analisando-a diariamente; o senador Mário Covas, que retornava após um longo período de ausência do Legislativo, mas integrado sempre na luta popular contra a ditadura; Fernando Henrique Cardoso, que na liderança peemedebista no Senado tem levado aquela bancada a uma posição mais avançada, ou a ação constante de deputados como Domingos Leonelli (BA), Egdio Ferreira Lima (PE) ou Artur da Távola (RJ).

Tivemos de mergulhar fundo nos dois grupos para tirar algumas conclusões sobre o destino do Centrão e dos históricos.

Concluímos que o Centrão caminha para o partido de Sarney, mesmo tendo a possibilidade de apossar-se da legenda peemedebista, pois pretende absorver parlamentares de outras siglas, enquanto os históricos articulam-se dentro de hipóteses. A primeira, a recuperação da legenda que eles consideram, hoje, sob controle do Centrão. Nessa primeira hipótese, estão, especialmente, os pretendentes à presidência da República que necessitam de uma estrutura nacional sólida, como Ulysses, Montoro e Richa. A segunda

hipótese é a de se abrigarem em uma legenda já existente. Nesse caso, a mais provável seria a do Partido Socialista Brasileiro, apresentando, todavia, a dificuldade do comprometimento do PSB em alguns Estados com os respectivos executivos, através de cargos confiados a seus principais dirigentes e a conseqüente impossibilidade de uma atuação partidária e parlamentar independente.

As duas hipóteses conduzem a uma terceira que verificamos ser prevalente, ou seja, a da organização de um novo partido que nascerá, segundo os cálculos do deputado Fernando Lyra, com mais de cem parlamentares constituintes.

Sabe-se que, inclusive, a denominação partidária já está sendo definida e ninguém estranhe se essa decisão venha a ocorrer antes mesmo da promulgação da nova Carta Constitucional.

É curioso observar, entretanto, nos dois grupos em que se ramifica o PMDB, uma certa indiferença pela posse da legenda, tanto dos que prepararam o "partido de Sarney", que ainda não tem denominação definida, como dos que trabalham a legenda socialista ou a hipótese de uma organização política.

Não seria a oportunidade para uma análise mais profunda da própria direção partidária a respeito dessa estranha indiferença dos dois grupos em relação à própria bandeira sob a qual tanto lutaram para que sobrevivesse, acrescentando um "p" à sigla extinta pela ditadura?